PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1090/95

CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ACâmara Municipal de Ouro Branco, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Artigo 1º Fica criado o conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal.

Artigo 2º Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I Definir as prioridades da política Municipal de Assistência Social;
- I Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência;
- I Aprovar a Política Municipal de Assistência Social ;
- IV Atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de Assistência Social;
- V Propor critérios para programação e para as execuções financeiras e orçamentarias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VI Acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e aplicação de recursos;
- VII Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social prestados a população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;
- VIII Aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal, conforme estabelecido em legislação específica;
- IX Aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;
- X Apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- XI Elaborar e aprovar seu regimento interno;
- XII Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

- XIII Convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá atribuições de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIV Acompanhar a avaliação e gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas, e projetos aprovados;
- XV Aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

CAPITULOII

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Artigo 3º O Conselho Municipal de Assistência Social será um órgão de composição paritária, sendo composto por 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) suplentes, distribuídos da seguinte forma:

- I 05 (cinco) representantes do Poder Público Municipal
 - a) O Diretor do Departamento de Promoção Social
 - b) Representante do Departamento de Educação
 - c) Representante do Departamento de Fazenda
 - d) Representante do Departamento de Saúde
 - e) Representante do Poder Legislativo Municipal.
- I 05 (cinco) representantes dos órgãos não governamentais, que prestam serviços de assistência social ou associações comunitárias. Estes representantes deverão ser eleitos em forum próprio, fiscalizado pelo representante do ministério público.

Parágrafo Primeiro - Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

Parágrafo Segundo - Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

Parágrafo Terceiro - O mandato do CMAS será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Quarto - O Presidente do CMAS será eleito pelos seus membros efetivos dentre eles.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 4º Os representantes do *Governo* Municipal serão de livre escolha do Prefeito municipal, exceto o Diretor do Departamento de Promoção Social, já definido na letra "a" do artigo 3º.

Artigo 5º A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público reletante e não será remunerado;

- I Os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões intercaladas;
- I Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;
- lv Cada membro do CMAS terá direito a um único *voto* na sessão plenária, cada membro suplente terá direito a *voz*, sendo-lhe vedado direito de *voto*;
- V As decisões do CMAS consubstanciadas em resoluções.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Artigo 6º O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

- I Plenário como órgão de deliberação máxima;
- I As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Artigo 7º O Departamento de Promoção Social, prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Artigo 8º Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas ou entidades, mediante os seguintes critérios:

Considerem-se colaboradores do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

II Poderão ser convidados pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

Artigo 9º Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo único As resoluções do CMAS bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões , serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Artigo 10 . O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 30 (trinta) dias após sua posse .

Artigo 11 Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000,00 (treis mil reais) para promover as despesas com a instalação do Conselho de Assistência Social.

Artigo 12 Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 26 d dezembro de 1995.

FERNANDO DEOLIVEIRASILVA
Prefeito Municipal